



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 006/2010**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**SESSÃO PLENÁRIA DE 30/09/2009.**

**PROCESSO DE RECURSO ESPECIAL Nº 1/0336/2006**

Al nº: 1/200521852

**RECORRENTE: ESTADO DO CEARÁ**

**RECORRIDO: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

**RELATOR ORIGINÁRIO: SEBASTIÃO ALMEIDA ARAÚJO**

**RELATOR DESIGNADO: JOSÉ SIDNEY VALENTE LIMA**

**EMENTA: ICMS – FALTA DE RECOLHIMENTO. PRAZO DECADENCIAL.** Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, o direito da Fazenda Pública constituir crédito tributário extingue-se após decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados do fato gerador, acrescido de mais um quinquênio, a partir da homologação tácita do lançamento. Aplicação cumulativa dos arts. 150, § 4º e 173, inciso I, ambos do CTN. Afastada a extinção declarada na decisão recorrida. Recurso Especial conhecido e provido. Retorno do processo a 1ª instância para novo julgamento. Decisão por maioria de votos.

## **RELATÓRIO**

Consta da inicial do presente processo que a empresa atuada deixou de destacar e recolher o ICMS normal e o devido por substituição tributária incidente sobre as operações de venda de óleo diesel marítimo durante o exercício de 2000, no valor de R\$ 2.743.929,95.

A fiscalização deu como infringidos os arts. 73, 74, 484 do Dec. nº 24.569/97, cláusula primeira do Convênio ICMS 58/96 e cláusula primeira do Protocolo 08/96 e Decreto nº 24.292/96, aplicando a penalidade inserta no art. 123, inciso I, alínea "c" da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/2003.

Nas informações complementares os agentes do fisco acrescentam que a empresa atuada vendeu para as distribuidoras PETROBRÁS Distribuidora S.A. e TEXACO Brasil Ltda, durante o exercício de 2000, o produto óleo diesel marítimo sem tributação, isto é, com isenção de ICMS, fato este não amparado pela legislação fiscal aplicável à época. Aduz que "a desoneração da carga tributária de ICMS incidente sobre as operações de venda de óleo diesel para embarcação pesqueira ocorre a partir da venda efetuada pelo estabelecimento distribuidor devidamente credenciado pelo Estado concedente da isenção, ou seja, a legislação aplicável ao caso sob análise não ampara a venda sem incidência de ICMS a partir da Refinaria ou sua base (primeira etapa da cadeia de venda)".

O processo é instruído com a ordem de serviço e os termos de início e conclusão de fiscalização, bem como quadro demonstrativo das operações de venda sem destaque do ICMS, cópia das notas fiscais de saída internas e AR referente a intimação dos atos processuais.

O lançamento fiscal é impugnado tempestivamente.

Na instância singular, o julgador decidiu pela extinção do processo, por entender o que direito do Fisco Estadual constituir crédito tributário relativo aos fatos geradores apontados no auto de infração já havia decaído, consoante se vê na ementa do julgamento, abaixo reproduzida:

*"EMENTA. Falta de Recolhimento do ICMS. DECADÊNCIA. O Fisco decaiu no direito de lançar o crédito tributário. A revisão da atividade previamente exercida pelo sujeito passivo é de feita dentro de cinco anos contados do fato gerador. Regramento específico do art. 150, § 4º. Homologação tácita do lançamento e definitivamente extinto o crédito. Exercida a atividade prévia, se houve ou não pagamento do tributo, ou se este deu a menor, não se dá por afastada a regra do § 4º do art. 150. A contagem é em função da modalidade originária do lançamento. O eventual lançamento de ofício não tem o condão de mudá-la- exceto na ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Processo EXTINTO. Remessa de ofício."*

Consta dos autos, as fls. 73/98 memorial de lavra da Auditora Edilene Vieira de Alexandria, através do qual traz orientações jurisprudenciais acerca do instituto da decadência do direito do Fisco constituir crédito tributário.

Devidamente intimada do memorial juntado ao processo pelos agentes fiscais, a empresa autuada apresenta manifestação acerca da referida peça.

A Consultoria Tributária emite parecer em que opina pelo retorno do processo a primeira instância para novo julgamento, por entender que no caso em tela não se operou a decadência declarada pelo julgador singular.

O presente processo foi submetido a apreciação da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários em 22 de janeiro de 2007, oportunidade em que foi confirmada a decisão de extinção proferida na primeira instância.

O Estado do Ceará, através do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, interpõe recurso especial contra a decisão exarada através da resolução nº da 2ª Câmara de Julgamento do CRT, demonstrando a existência de decisão divergente a respeito da matéria debatida na resolução recorrida, confirmando a tese segundo a qual o prazo decadencial tem início após o decurso o prazo de 5 (cinco) para homologação do lançamento, contando-se mais 5 (cinco) anos.

No aludido recurso, o representante da PGE defende que "no caso do lançamento por homologação previsto no art. 150 do CTN, o prazo decadencial de (cinco anos) só se iniciaria após o lançamento se considerar definitivo, seja com a expressa homologação ou cinco anos depois de ocorrido o fato gerador sem homologação expressa. Assim, no caso da homologação tácita – que é o que importa na presente análise, já que não ocorreu no caso vertente a homologação expressa-, o prazo decadencial de cinco anos, previsto no art. 173, I, do CTN, somente teria início a partir do momento que tivesse decorrido os cinco anos após a ocorrência do fato gerador."

As fls. 148/155 consta as contra-razões ao recurso especial apresentadas pela empresa autuada.

O Recurso Especial foi submetido a apreciação da Presidente do Contencioso Administrativo Tributário que, mediante despacho fundamentado, decidiu pela admissibilidade do referido recurso.

## VOTO

Trata-se de Recurso Especial interposto contra a decisão proferida pela 2ª Câmara de julgamento do CRT, através da Resolução nº 230/2007, que acatou a decisão de extinção processual declarada pela primeira instância, fundada no argumento de que o direito da Fazenda Estadual constituir crédito tributário sobre os fatos geradores atinentes as obrigações tributárias reclamadas no presente auto de infração já havia decaído, a teor do que determina o art. 150, § 4º do CTN.

No recurso especial interposto, o Estado do Ceará, através do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, demonstrou que a 2ª Câmara de Julgamento do CRT já havia apreciado esta matéria e afastado a extinção do processo, por considerar que o prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação é decenal, somando-se os prazos previstos no art. 150, § 4º com o do art. 173, inciso I, ambos do CTN.

No caso de que se cuida, o cerne na questão reside em saber se o início do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário atinente as obrigações tributárias exigidas no presente auto de infração obedece somente a regra inserta no art. 150, § 4º do CTN ou se ela deve ser aplicada em conjunto com a regra prevista no art. 173, inciso I, do mesmo diploma legal.

A questão é polêmica e ainda não foi uniformizada no âmbito do STJ, apesar das decisões mais recentes sinalizarem no sentido de confirmar a tese encampada por aqueles que entendem que o início do prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, como é o caso do ICMS, começa a ser contado a partir da ocorrência do fato gerador, se as condições impostas no art. 150, § 4º forem implementadas.

Todavia, compartilho com a tese segundo a qual o prazo decadencial tem início após o decurso de 5 (cinco) anos do prazo que a Fazenda Estadual teria para homologar o lançamento do crédito tributário, conforme determina o art. 150, § 4º do CTN. Assim, após expirado este prazo é que então começaria a contagem do prazo decadencial de 5 (cinco) anos, da forma disciplinada no art. 173, inciso I do CTN, resultando, ao final, no prazo 10 (anos) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

Noutras palavras, a decadência do direito da Fazenda Estadual constituir crédito tributário é decenal, tendo início após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos da homologação tácita do lançamento, contando-se o prazo na forma do art. 150, § 4º do CTN combinado com o art. 173, inciso I do mesmo diploma legal.

Dentro deste raciocínio, o direito do Fisco Estadual constituir crédito tributário sobre as obrigações tributárias reclamadas no presente auto de infração só estaria sujeito a decadência em 2010, visto que os seus fatos geradores se deram no ano de 2000, razão pela qual não merece acolhida a tese que fundamentou a decisão de primeira instância (extinção do processo pela decadência).

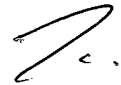
Ressalte-se, por oportuno, que esta questão já foi objeto de apreciação deste Conselho Pleno, no julgamento do auto de infração nº 2003.16007-3, ocasião em que se decidiu, por voto de desempate da Presidente do CONAT, pela aplicação concorrente dos arts. 150, §4º e 173, inciso I do CTN, sendo afastada a tese que fundamentou a decisão singular, consoante se vê no trecho abaixo reproduzido, extraído do referido voto:

(...)

*Assim, para contagem do prazo decadencial, nesse caso específico, acosto-me ao entendimento de este se inicia a partir do encerramento do prazo para homologação, contando-se mais cinco anos previstos para o lançamento de ofício, (que totalizará dez anos, aplicando-se cumulativamente o art. 150, § 4º, com o art. 173 do CTN.)*

Ante ao exposto, **VOTO** para que se conheça do Recurso Especial, dando-lhe provimento, a fim de reformar a decisão recorrida, no sentido de retornar o processo a primeira instância para que seja proferido um novo julgamento, nos termos da manifestação do representante da Doutra Procuradoria Geral do Estado, tendo em vista o não acatamento da extinção declarada na decisão recorrida.

É o voto.



## DECISÃO

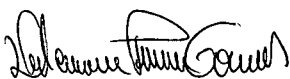
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente ESTADO DO CEARÁ e recorrido PETRÓLEO BRASILEIRO S/A.

O Conselho Pleno, após conhecer do Recurso Especial interposto e admitido na forma dos arts. 7º, inciso XII e 47 da Lei nº 12.732/97, de 24 de setembro de 1997, resolve, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto, reformando a decisão de extinção processual proferida pela 2ª Câmara de julgamento, determinando o RETORNO DOS AUTOS À 1ª INSTÂNCIA, nos termos do voto do relator designado para lavrar a resolução e manifestação do representante da douda PGE. Vencidos os votos dos Conselheiros Pedro Eleutério Albuquerque, Sebastião Almeida Araújo (relator originário), João Fernandes Fontenelle, José Moreira Sobrinho e Marcos Antonio Brasil que se pronunciaram favoravelmente à extinção. Presente, para apresentação de defesa oral, a representante legal da atuada, Dra. Marisa Sanford Silveira. Ausente a conselheira Jannine Gonçalves Feitosa.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO PLENO, em Fortaleza, aos 29 de 03 de 2010.

Liana Maria Machado de Souza

PRESIDENTE

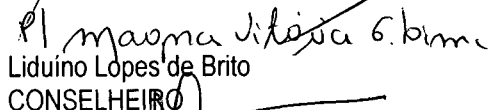


Dulcimeire Pereira Gomes

1ª VICE-PRESIDENTE



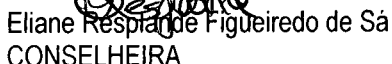
José Sidney Valente Lima  
CONSELHEIRO RELATOR



Liduino Lopes de Brito  
CONSELHEIRO



Maria Etneide Silva e Souza  
CONSELHEIRA



Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

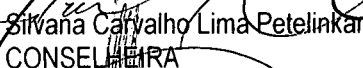


Alexandre Mendes de Souza  
CONSELHEIRO

Ana Maria Martins Timbó Holanda  
CONSELHEIRA



Daniela Sousa Gouveia  
CONSELHEIRA



Silvana Carvalho Lima Petelinkar  
CONSELHEIRA



Matheus Viana Neto

PROCURADOR DO ESTADO



José Wilamé Falcão de Souza

2º VICE-PRESIDENTE



Camila Borges Duarte  
CONSELHEIRA

João Fernandes Fontenelle  
CONSELHEIRO

José Moreira Sobrinho  
CONSELHEIRO

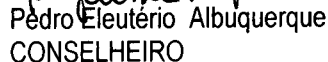


Vilis Sannon de Moraes  
CONSELHEIRO



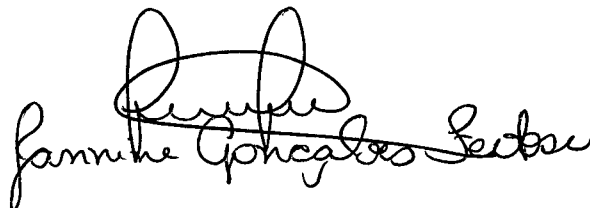
Sebastião Almeida Araújo  
CONSELHEIRO

Marcos Antonio Brasil  
CONSELHEIRO



Pedro Eleutério Albuquerque  
CONSELHEIRO

Wlabene Graça  
CONSELHEIRA



Jannine Gonçalves Feitosa